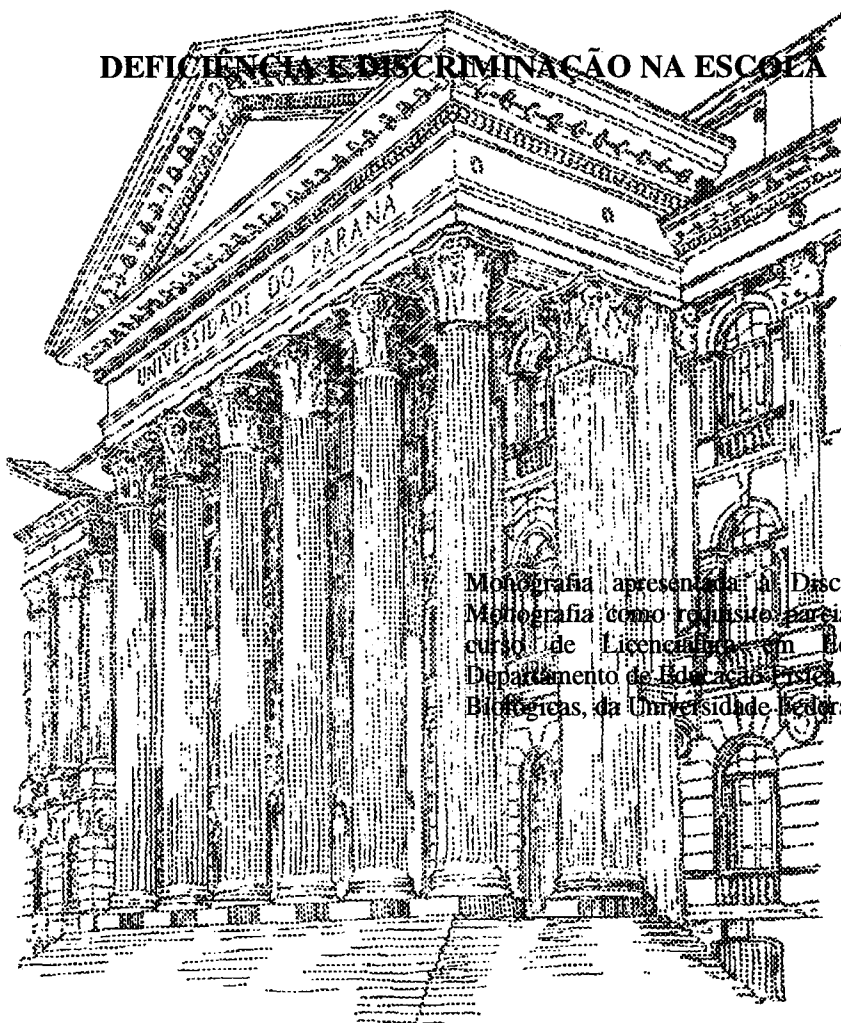


**SABRINA KASZUBOWSKY**

**DEFICIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**



Monografia apresentada à Disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA**  
**1999**

**SABRINA KASZUBOWSKY**

**DEFICIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**

Monografia apresentada à Disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.  
**Professora orientadora Mestre Ruth Eugênia Amarante Cidade e Souza**

**CURITIBA**  
**1999**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

Aos meus pais, por terem possibilitado os meus estudos e pela força nos momentos difíceis;

À todos os meus familiares;

Aos meus amigos;

Aos colegas de faculdade que com certeza serão inesquecíveis, assim como muitos momentos que vivemos juntos;

A minha orientadora professora Ruth, e ao professor Wagner, que muito me ajudaram na elaboração desta monografia;

Enfim, a todas as pessoas que me deram força ao longo desta maravilhosa jornada.

Dedico aos meus pais, Hilário e Vilma, por  
todo o incentivo ao longo do curso.

## SUMÁRIO

1.0. INTRODUÇÃO .....	01
1.1. Apresentação do Problema .....	01
1.2. Justificativa .....	02
1.3. Objetivos.....	02
2.0. REVISÃO DA LITERATURA .....	04
2.1. Considerações sobre Deficiência.....	04
2.2. Preconceito .....	05
2.3. A Educação Física numa perspectiva inclusivista.....	11
3.0.METODOLOGIA.....	16
4.0.CONCLUSÃO .....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

## RESUMO

A inclusão da pessoa portadora de deficiência na escola é um grande desafio na atualidade. O ingresso do aluno deficiente na escola se dá sempre que possível, mas poucos tem a oportunidade de freqüentar as aulas e quando a tem, as escolas e professores tem poucos recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência destes alunos. Segundo MARCHESI (1995, pg. 10), mudanças devem ser produzidas nas escolas normais diante da tarefa de ter que ensinar a todos os alunos que a ela chegam, apesar de suas diferenças em capacidade e interesse, fato este que nos leva a uma reavaliação das funções de uma escola que deve ser “abrangente”, e não segregadora. GORTÁZAR (1995, pg. 322), coloca que a escola, em geral, é concebida para atingir objetivos educacionais das crianças denominadas “normais” e por isso, quando as respostas do aluno não são produzidas da forma esperada, o sistema segrega estas crianças, cujas necessidades educacionais são diferentes das da média dos alunos, ocorrendo, paulatinamente, um processo de marginalização dentro da instituição escolar. Em conseqüência, esta segregação concorre para a frustração do aluno deficiente, acoplada à atitude de discriminação, que nos remete ao objetivo de avaliar de que maneiras essas atitudes impedem o portador de deficiência de participar da vida escolar e das aulas de Educação Física, e como pode-se promover uma maior participação do deficiente tanto na escola quanto na sociedade através de atitudes com perspectivas inclusivistas.

## 1.0. INTRODUÇÃO

### 1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

As pessoas que possuem algum tipo de deficiência são discriminadas pela sociedade em geral. Esta discriminação se faz presente em vários setores, inclusive na escola, aumentando assim, a lista de dilemas do cotidiano escolar presentes na atividade educacional contemporânea.

AQUINO (1998), diz que certamente, nos tempos vindouros, este século que termina pode ser descrito como um momento histórico marcado pela luta das minorias quanto ao reconhecimento e à legitimação de sua existência concreta, traduzida na tentativa da conquista de direitos iguais. No contexto brasileiro, dentre as lutas mais marcantes dessa segunda metade do século, talvez um dos motivos principais da democratização do espectro social contemporâneo seja mesmo a conquista do direito básico à escolarização - condição para a existência humana e social, pré-requisito da possibilidade de cidadania.

Mediante a multiplicidade das diferenças humanas (físicas, sexuais, raciais, religiosas, sociais, econômicas, culturais, etc.) que povoa o tecido social contemporâneo, a palavra de ordem de todas as instituições civis, e particularmente da escola, é uma só: inclusão, sem a qual toda a legitimidade dos princípios democráticos está irremediavelmente ameaçada (AQUINO, 1998).

Mas as inúmeras barreiras que se apresentam às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, mostram que a escola caminha para o lado oposto e o fator da discriminação da pessoa deficiente pode nos levar a uma, das inúmeras razões do fracasso escolar: a questão da diferença física como geradora de preconceito e conseqüente exclusão. São supostas verdades que, em vez de nos auxiliar, acabam sendo armadilhas que só justificam o fracasso escolar, mas não conseguem alterar os rumos e os efeitos do nosso trabalho cotidiano.

Verdades que acabam levantando inúmeras questões aos profissionais envolvidos com educação e que deixam claro que está na hora de repensarmos nossos posicionamentos e tentarmos ver qual é a medida de nossa responsabilidade ética para com o produto de nossa ação técnica e refletirmos por onde andaré aquele propagado lema de uma “escola de qualidade para todos”.

A partir de todas essas questões, levanta-se o ponto de discussão deste trabalho: Como a discriminação em relação a deficiência impede a prática da Educação Física na Escola?

## 1.2. JUSTIFICATIVA

Todos sabemos que a situação atual do atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável pelos índices assustadores de repetência e evasão no ensino fundamental. Entretanto, na imaginação social, como na cultura escolar, a incompetência de certos alunos - os pobres e os deficientes - para enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e até mesmo em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema.

O respeito aos educandos em sua individualidade é o ponto de partida para não se condenar uma parte deles ao fracasso, reforçando a idéia de que é injusto e inadequado sermos categorizados, e, em consequência desta categorização, discriminados.

O aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação, designando uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas a uma educação especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos (MANTOAN, 1998).

Devemos ter em mente que o ensino especializado no aluno, depende de se ultrapassarem as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes, incorporando elementos distintos para se criar uma nova estrutura e principalmente mudando o relacionamento pessoal e social com relação a pessoa portadora de deficiência, junto à maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem, tentando, assim, superar os preconceitos e a idéia de limitação.

## 1.3. OBJETIVOS

Discutir a inclusão escolar da pessoa deficiente, analisando, confrontando pontos de vista, enfim, avaliando novas e mesmo controvertidas posições sobre a educação e atividade motora para deficientes.

## 2.0. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. Considerações sobre Deficiência

A sociedade necessita entender que os portadores de deficiência representam 10% da população brasileira e como tal devem ser vistos como uma realidade e não como um problema onde são aplicadas soluções paliativas (FERRONATO, 1999).

A condição de deficiência é dividida em vários graus e em formas diversas, de maneira que as configurações possíveis são múltiplas. Cada uma delas retorna a um “tipo generalizado” que, obviamente, não pode ser considerado como referência fixa, possuindo, cada indivíduo, uma especificação própria com a qual devemos nos confrontar.

É sabido que a classificação destes quadros, montada entre a patologia física, a intelectual e a psíquica jamais pode ser feita de modo satisfatório. É realmente impossível, devendo-se ter presentes os diversos parâmetros, atingir um resultado totalmente claro e racional. Considera-se hoje, segundo MORETTI (1995, pg. 67), que pelo menos três parâmetros devam ser tomados em consideração:

1. O parâmetro físico: quadros de deficiência que consistem em minorações puramente físicas; quadros onde a minoração física se associa a uma diminuição intelectual ou psíquica;
2. O parâmetro intelectual: que se distingue em categorias tradicionais, indivíduos retardados leves, médios, graves e gravíssimos. Tais categorias podem ser associadas a deficiências físicas e/ou a perturbações psíquicas;
3. O parâmetro psicopatológico: que se manifesta numa vasta gama de quadros associados a deficiências físicas e intelectivas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (1989), “a deficiência refere-se a uma perda ou anormalidade de estrutura ou função. As deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiências significam perturbações no nível de órgãos”.

Sendo portador de deficiência, a pessoa terá incapacidades, que referem-se “à restrição de atividades e refletem as conseqüências das deficiências em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo; as incapacidades representam perturbações ao nível da própria pessoa” (OMS, 1989).

Em conseqüência estas incapacidades levarão o portador de deficiência a ter desvantagens, que referem-se “à condição social de prejuízo resultante de deficiência e/ou

incapacidade. As desvantagens refletem pois a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio” (OMS, 1989).

SILVA (1994), coloca como sendo pessoas deficientes todas aquelas que estão abaixo dos padrões estabelecidos pela sociedade como de “normalidade”, por motivos físicos, sensoriais, orgânicos ou mentais, e em consequência dos quais vêm-se impedidos de viver plenamente.

Outro fator que nos aparece com bastante evidência é que como toda minoria, os deficientes são relegados a segundo plano, visto não existir uma consciência popular valorativa sobre os seus potenciais, denotando, assim, diversas formas de preconceito e discriminação.

## 2.2. Preconceito

A amplitude da idéia que as pessoas fazem sobre os deficientes é muito grande em nossa sociedade. E é a partir destas idéias e opiniões a respeito deles que a discriminação vai tomando sua forma na cabeça das pessoas.

Especificando-se as crianças portadoras de algum tipo de deficiência, as dificuldades encontradas por elas em seu convívio escolar vão aparecendo, denotando a presença de preconceitos e a decorrente discriminação vivida, ainda com mais intensidade, pelos significativamente diferentes, impedindo-os, muitas vezes, de vivenciar não só seus direitos de cidadãos, mas de vivenciar plenamente sua própria infância. Ser significativamente diferente, ou seja, apresentando um desvio ou anormalidade, é o principal ponto de partida para a comparação entre uma determinada pessoa ou um determinado grupo e o “tipo ideal”. E o fato é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo ideologicamente construído, o utilizamos em nosso cotidiano para a categorização/validação do outro (AMARAL, 1998).

O princípio de utilização dos corpos é torná-los ativos, produtivos, dotados de poder, a fim de que possam veicular um “quantum” de poder que produzirá e reproduzirá o domínio que se exerce sobre eles (FOUCAULT, 1979), ou seja, a fim de assegurar a saúde, a prosperidade, a segurança, de fazer cumprir a lei e a ordem, as pessoas são mergulhadas em um campo de visibilidade que é, ao mesmo tempo, território de exercício de poder e condição de registro de saber. Uma tecnologia de sujeição que permite uma abordagem individualizante, imediata, coletiva e anônima. O sujeito humano torna-se visível (o

corpo), lugar de inscrição objetiva das novas condutas de poder e de saber (FRANÇA, 1998).

FERRONATO (1999), nos apresenta que por estabelecer padrões de normalidade, a sociedade determina o que entende ser certo ou errado, bonito ou feio, criando em seus membros sociais conceitos e normas intrínsecas à maneira das pessoas pensarem e agirem.

Segundo FRANÇA (1998), a produção da diferença como desvio e efeito de uma tecnologia disciplinar, expressa a complexidade em que o homem contemporâneo está imerso: vivendo em uma sociedade normativa que evidencia a diferença pela comparação. A questão fundamental, no que diz respeito à atividade humana é normalizar os indivíduos e a população por meios racionalizados, transformando-os em sujeitos com sentido (sujeitos que falam) e objetos dóceis (adestramento dos corpos).

E a partir daí o preconceito começa a se instalar. Formamos conceitos aprioristicamente, anteriores portanto, a nossa experiência. E é esse pré-conceito que permeia nossas atitudes e sustenta o desconhecimento concreto e vivencial da pessoa portadora de deficiência em específico, assim como de nossas próprias reações diante delas. No caso dos relacionamentos humanos, a concretização desse preconceito dar-se-á pela relação vivida com um estereótipo e não com a pessoa, isto é, cria-se um “tipo” fixo e imutável, alvo das ações subseqüentes (AMARAL, 1998).

Isso equívale, segundo TAYLOR (1994), a uma profunda visão etnocêntrica: a de que os padrões de excelência devem ser aqueles a que estamos familiarizados.

ITANI (1998), salienta que freqüentemente nos defrontamos com atitudes preconceituosas, seja em atos ou gestos, discursos e palavras, no meio escolar. Ressalta que a escola é considerada uma instituição de seleção e diferenciação social e a maioria das pessoas se comporta como se isso não existisse.

Permeando esses preconceitos em relação aos deficientes estão também os mitos. O mito de generalizar os deficientes como totalmente ineficientes; o mito de fazer correlações do tipo: se uma pessoa deficiente não pode fazer tal atividade então esta não é uma atividade compatível; ou ainda o mito que se denomina de “contágio osmótico”, ou seja, o medo da contaminação pelo convívio (AMARAL, 1998).

Para FERRONATO (1999), os portadores de deficiência de qualquer natureza, deparam-se no seu cotidiano, com situações de preconceito que dificultam uma participação plena, pois muitas vezes são tachados de incapazes, incompetentes ou coitados. A sociedade como um todo, envolvendo em alguns casos a própria família do

portador de deficiência, se fixam em idéias errôneas que rotulam e discriminam o que foge dos padrões de normalidade. O filho deficiente pode ser visto como um castigo de Deus, uma materialização de um pecado de seus pais, sendo tratado com indiferença ou superproteção, inibindo seu desenvolvimento pessoal.

Segundo MORETTI (1995, pg. 79), uma grande importância deve ser atribuída ao clima do ambiente familiar que, comumente, é caracterizado por incompreensão para com o deficiente, intolerância, depressões. A consequência é muitas vezes uma atitude não clara, oscilante entre a aceitação e a recusa, o encorajamento e a crítica.

Vemos que a super - proteção ao filho deficiente, ou a negação de sua condição, ou ainda a recusa a tratá-lo com base na realidade para perseguir a esperança de uma cura miraculosa, são fatores que acabam levando os próprios pais de portadores de deficiência a exercerem o preconceito (MORETTI, 1992, pg. 14). Acredita-se que a discriminação, por parte da família, que tem por tradição esconder os seus deficientes, é a mais crucial, numa amostragem, sem dúvida, de desumanidade.

Reforçando a atitude dos pais perante o portador de deficiência ROMERO (1995, pg. 73), diz que eles os vêem de modo mais negativo que em relação a qualquer outro de seus filhos. Encaram sua maior impulsividade e menor autocontrole, menor habilidade para se organizar, maior ansiedade, pior conduta verbal, maior dispersividade como um problema. Em consonância a isto, alguns pais de crianças com deficiência atribuem os êxitos escolares, ou de outra natureza, de seus filhos ao acaso, enquanto seus fracassos são atribuídos a sua “falta de capacidade”.

Convencido de que o verdadeiro problema seja o de potencializar suas capacidades de prestações, os adultos que dele cuidam desprezam comumente a cultura do cotidiano, ou seja, a informação esportiva, as modas musicais, o estilo do vestuário, etc., assim, nas situações onde tudo isso é importante (por exemplo no grupo de amigos) o projeto acha-se privado de elementos contratuais: seria bom recordar que educar significa, também, colocar a pessoa em condições de fazer parte do mundo cultural ao qual pertence (MORETTI, 1995, pg. 79).

O preconceito também apresenta-se na prática escolar de diversas formas. O exercício cotidiano da linguagem, negando aquilo que a pessoa realmente é, expressando uma certa dificuldade em se referir às pessoas portadoras de deficiência, para evitar uma conotação de preconceito é, em si, a própria prática do preconceito (ITANI, 1998).

As atitudes de preconceito que condicionam a escola são muito elevadas e fazem com que o portador de deficiência seja considerado não tanto como menos dotado em qualquer plano particular (a inteligência, o movimento, os sentidos, a linguagem), mas sim como pessoa globalmente diferente, menos contactável, a ser isolada ou protegida, portanto, a ser tratada e com quem se tratar segundo parâmetros diferentes (MORETTI, 1992, pg. 14).

A expressão através de gestos (do riso ou do sarcasmo), o olhar da diferença, os comentários em voz baixa, o cochicho, ou até mesmo o gesto de não querer causar um mal, de não ofender, contém também um pressuposto da diferença, de um preconceito que temos em relação ao outro. Nota-se que a linguagem do corpo serve como um instrumento de distinção entre os diferentes, deixando suas marcas pela expressão e causando impedimentos através da discriminação (ITANI, 1998).

ROMERO (1995, pg. 73), coloca que as atitudes e opiniões dos colegas tem sido avaliadas e mostram que as crianças portadoras de algum tipo de deficiência são pouco populares, rejeitadas e, até mesmo, ignoradas por seus colegas, especialmente quando se trata de escolher com quem se deseja formar um grupo, para a realização de trabalhos em equipes, pois pensam que eles são incômodos na aula e que, constantemente, requerem a atenção do professor. A “rotulação”, ou seja, a identificação e a classificação das crianças com deficiência na aula, juntamente com a própria conduta destes, parece ser um dos aspectos de maior incidência nas avaliações dos colegas e, especialmente, na estabilidade e duração de tais avaliações.

Muitas vezes nos perguntamos o que devemos fazer diante dos comportamentos da criança deficiente. Na maioria das vezes, exatamente por não saber a resposta, o próprio professor, na escola, acaba excluindo a criança portadora de deficiência da sua aula. Por estarem “desprevenidos”, acabam eles próprios exercendo atitudes discriminatórias, ou seja, não sabem o que fazer se aparecer um aluno deficiente na classe (MORETTI, 1992, pg. 9).

A educação dos alunos com necessidades especiais na escola não pode dizer respeito somente a alguns dos professores de um centro educacional, nem deve ser unicamente um objetivo de um reduzido grupo dos mesmos. Deve ser vista, pelo contrário, como uma tarefa conjunta que faça com que este objetivo esteja entre os principais e prioritários da escola (MARCHESI, 1995, pg. 19).

ITANI (1998), nos ressalta a atitude paternalista de caridade, que acaba negando o reconhecimento do outro como igual. Portanto, a caridade é a própria prática da desigualdade. É por reconhecer o outro em condição inferior e por nos considerarmos superiores que, por vezes, podemos nos colocar em posição de ajudá-lo ou não. Nesse sentido da prática da caridade é que a atitude paternalista contém o preconceito. Torno-o inferior a mim pelo gesto de caridade que pratico, que é incapaz de se estabelecer enquanto tal, é deficiente, incapaz de agir e de pensar e, portanto, depende de mim para ser. Essa prática paternalista, como caridade, se traduz também pela prática da desigualdade, na relação de dependência e sobretudo no estabelecimento de uma relação de dominância.

Como dificuldade para integração e superação de preconceitos, o portador de deficiência possui poucos mecanismos de acesso a sua educação e profissionalização devido a ineficácia do sistema educacional. A pessoa portadora de deficiência, necessita principalmente de uma política que permita de fato e de direito a sua integração gratuita nas instituições de ensino e que garanta o desenvolvimento pleno de suas potencialidades de acordo com a peculiaridade de cada pessoa (FERRONATO, 1999).

Mas barreiras invisíveis, também afetam alguns portadores de deficiência, fazendo com que haja acomodação e aceitação de uma situação que marginaliza. Muitos, ao sofrerem uma limitação em sua capacidade física, esquecem que continuam vivos e apenas ficam lamentando uma fatalidade do destino, ficam alienados e se tornam individualistas não procurando a participação.

A liberdade é um direito garantido à qualquer ser humano que se apresenta dentro dos padrões de cidadania com o exercício de seus direitos e deveres perante a sociedade. Teoricamente todas as pessoas no gozo de sua cidadania podem “ir e vir”, locomovendo-se para onde seu desejo quiser. Infelizmente, as pessoas portadoras de deficiência, em diversas ocasiões são podadas de tal direito por verdadeiras barreiras visíveis, as quais os impedem de praticarem várias atividades.

FERRONATO (1999), diz que um simples degrau para uma pessoa fisicamente “normal”, acaba sendo despercebido, pois não constitui obstáculo ao seu direito de “ir e vir”, entretanto, para as pessoas que apresentam alguma limitação esse insignificante degrau pode impedir ou dificultar o simples desejo de sair de casa. Salienta ainda que escadas, degraus e portas estreitas continuam sendo construídas sem adaptações em diversas edificações, seja por ignorância ou má vontade. Apesar da lei determinar acessos

adequados em edificações públicas e de uso público, o portador de deficiência permanece excluído, proibido por uma contingência arquitetônica de participar, de interagir em diversos lugares, inclusive na escola.

O princípio de acessibilidade para todos, deve estar incluso em qualquer projeto. As cidades devem possibilitar a participação de seus habitantes, sejam pessoas portadoras de deficiência ou não. É a igualdade perante a lei e a igualdade de oportunidades a que todos temos direito que devem começar a se fazer presentes no cotidiano, fazendo valer realmente o que entendemos por justiça e de que, segundo TAYLOR (1994), “devemos ter igual respeito a todas as culturas”.

A busca do ambiente mais favorável à criança no seu desenvolvimento tem mobilizado os educadores e deve ser a grande meta das sociedades que se preocupam com a formação das novas gerações. O meio mais favorável possível é o que se pretende oferecer para o desenvolvimento de todas as crianças, com ou sem problemas ou dificuldades de adaptação. Espera-se que constituam espaços educacionais abertos, em que a diversidade é a mola que impulsiona os educadores, os especialistas, pais e crianças e a sociedade em geral a mudar comportamentos, idéias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos (MANTOAN, 1998).

A falta de crer firmemente no que se deseja atingir é outro fator que assume atitudes de discriminação. A maior parte dos institutos e das instituições não tem um projeto preciso que inclua o portador de deficiência nas aulas, e é esta a razão dos baixos resultados.

Muitas vezes prossegue-se através de tentativas, de caminhos assumidos casualmente ou ditados por quem, em um determinado período, possua mais carisma (ou poder) e assim por diante, demonstrando facilmente que a soma de boas intenções não é suficiente (MORETTI, 1992, pg. 31).

E a cada dia vemos que o que é diferente abala o conservadorismo dos conceitos e das práticas tradicionais, retardando a compreensão e aceitação de novidades, prolongando os caminhos e as lutas por que passam os ditos significativamente diferentes e reforçando a idéia de que as diferenças inter-individuais se apresentam como relação de desigualdade entre os homens.

HELLER (1981), ressalta que enquanto as constituições e declarações de direitos humanos reconhecem plenamente as necessidades de cada pessoa em nome da igualdade político-legal e a dignidade humana de cada um por sua capacidade como um ser racional,

nenhum sistema liberal tem reconhecido os seres humanos em sua dignidade humana plena.

Para ITANI (1998), a violência do preconceito não está na diferença que realizamos mentalmente, mas na forma como agimos com base nessa noção. Na estratégia apoiada na possibilidade de eliminar o outro que é diferente, a intolerância surge como a atitude que responde pela vontade de eliminar o outro, negar a existência do outro que é diferente. É a atitude de recusa de aceitação do outro tal como é.

Com base nessa intolerância, necessita-se a afirmação de uma identidade, uma construção de atitude para com o deficiente, derrubando a hostilidade que se tem perante ele e que compreendem práticas de defesa contra nossa própria fragilidade diante da pessoa portadora de deficiência.

Nesta perspectiva a tolerância torna-se o exercício de uma prática política pela liberdade. Individualmente, é um exercício da paciência com o outro, pelo qual se sofre ou dissimula a diferença. Requer paciência na medida que é um exercício difícil.

Outro fator que salienta a discriminação dentro da escola é a ausência ou escassez qualitativa de um projeto existencial, ainda que mínimo. Muitos indivíduos deficientes não recebem tal dimensão porque são mantidos constantemente num estado infantil e, por isso, não estão em condições de exprimir suas solicitações. Ocorre também, inúmeras vezes, que nem os próprios adultos responsáveis por eles tenham em mente um projeto preciso, e vivem numa espécie de estado estático, no qual limitam-se a gerenciar a situação momento a momento (MORETTI, 1995, pg. 76).

A resistência de aceitação do portador de deficiência em ocasiões informais como por exemplo, companhia de amigos, relações sentimentais, etc., também aparece como ponto de discriminação em torno deles, dificultando seu convívio e o excluindo, também, da escola.

Existem dificuldades reais para se criar, na escola, condições para a educação, como por exemplo: rigidez de programas, limitações da liberdade de iniciativa, resistência das famílias dos alunos normais, são fatores que não podem ser desprezados quando se fala em discriminação na escola. Como consequência destes fatores o deficiente não extrai da escola vantagens educativas, isto é, aprende realmente alguma coisa, mas não cresce como pessoa, pois não chega a aprender a cultura de seus colegas normais e vice-versa, ficando de fora das relações o processo de socialização (MORETTI, 1995, pg. 94).

MARCHESI (1995, pg. 12), nos coloca que quanto maior for a rigidez do sistema educacional e quanto menor a capacidade de adaptação, flexibilidade e oferta global oferecida pela escola, maiores as possibilidades de que existam alunos que se sintam desvinculados dos processos de aprendizagem e manifestem, por isso, maiores dificuldades.

TORMIN (1999), coloca que a mídia também é responsável por imagens que se fazem a respeito de pessoas deficientes. Fulcrada em desinformações, é costume mostrar a penúria, a fatalidade, a invalidez, e nunca o seu trabalho digno, a sua competência, o seu esforço para vencer barreiras. Vê-se sempre o invólucro, e nunca o conteúdo.

FERRONATO (1999), coloca que a superação de todas essas barreiras invisíveis, somente acontecerão a partir de uma nova mentalidade de todos os componentes da sociedade, onde os fatores educação e consciência crítica sobre as atitudes que marginalizam e oprimem devam ser debatidos e analisados, com o intuito de promover mudanças na forma de pensar e maneira de agir de todas as pessoas, sejam deficientes ou não.

Por todos esses fatores discriminatórios que cercam a pessoa portadora de deficiência, propõem-se uma modificação da sociedade, bem como da escola, “como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais busque seu desenvolvimento e exerça a cidadania”, ou seja, a inclusão (SASSAKI, 1997).

A Declaração de Salamanca (1994), afirma a importância da educação inclusiva, quer dizer, de uma educação que não separe deficientes de pessoas comuns. A tendência à educação inclusiva é irreversível, com a mesma educação para todos, mas com atendimento individualizado quando necessário.

### 2.3. A Educação Física numa perspectiva inclusivista

MANTOAN (1998), reforça que ao abraçar todas as crianças no fraterno laço de uma perspectiva inclusivista, nos deparamos com o grande caminho que é preciso percorrer para derrubar os preconceitos de que é necessário o atendimento a crianças que são pobres, deficientes, desfavorecidas pelos mais diferentes motivos e circunstâncias e que, infelizmente, constituem uma grande parcela da infância brasileira.

A escola, em seu esforço louvável de inclusão, é obrigada a adequar as próprias solicitações e deve, portanto, aumentar sua tolerância: muitas vezes, assim fazendo, falha

perante seu mandado educativo. Basta analisar a opinião comum a respeito da pessoa deficiente para constatar que a dimensão educativa não apenas é quase ausente, mas também é gravemente distorcida por excessos de piedade, de fantasias de igualdade, de sentimentos de culpa (MORETTI, 1992, pgs. 14 -15).

Assim sendo, na prática, a admissão da possibilidade de inclusão se depara com a resistência de algumas pessoas que ainda se apegam à antiga filosofia da instituição, baseada no assistencialismo e no olhar caritativo.

Vendo a educação sob essa perspectiva inclusiva, damos prosseguimento ao processo histórico do atendimento ao portador de deficiência. O iniciamos em instituições para nos responsabilizarmos em educá-los e assim possibilitar a tal falada igualdade de oportunidades nos mostrando que a sociedade deve abrir espaços para todos os seus cidadãos, independente de sua condição.

REGEN (1998), salienta que a atitude de inclusão leva em conta a atitude de valor de todos os indivíduos, substituindo o conceito de normalização pelo de autonomia social e intelectual para todos os alunos e cria a necessidade de se rever a estrutura, métodos e objetivos educacionais (centrada na relação indivíduo/ambiente).

Quem educa deveria, pelo menos, estar em condições de conhecer suas próprias dinâmicas internas: isto comporta ou uma formação específica ou uma nova cultura generalizada (MORETTI, 1992, pg.47).

O mesmo autor nos diz (pg. 95), que os professores, ao acolher um aluno deficiente, deveriam ser informados, de maneira ampla, da estrutura do caráter e da personalidade daquele que irão educar e não apenas do perfil da aprendizagem, mas também, e sobretudo, do comportamento.

O professor deve servir como continente para a ânsia e a angústia, deve saber dar segurança, cancelar o medo, transmitir confiança e acima de tudo evitar o isolamento da pessoa portadora de deficiência, colocando-o em condições de se comunicar.

Juntamente com estes fatores, saber se um indivíduo recebeu determinado tipo de educação, se existem atitudes particulares já consolidadas, se respondem com igualmente particulares tipos de reação, são características que devem ser levadas em conta na fase inicial do relacionamento, auxiliando no processo de tentativa de inclusão (MORETTI, 1995, pg. 95).

Para MORETTI (1992, pg. 65), profissionalidade não significa possuir conhecimento e estratégias, mas ter constantemente consciência do que se está fazendo e

do porque de tal trabalho. Não é importante o que ensinar, mas como fazê-lo. Tomar cuidado vem antes do cuidar e, para tomar cuidado, a dimensão humana é essencial.

De acordo com o novo paradigma proposto pela UNESCO (1995), "...as escolas regulares com orientação inclusiva são o meio mais eficiente de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos..."

Assim, deixando de atender somente os portadores de deficiência de forma segregada, poderíamos oferecer às crianças normais um excelente ambiente para o seu desenvolvimento integral, contribuindo para a formação de uma geração menos preconceituosa, sem medo, angústia ou ansiedade frente ao desconhecido e possibilitando às crianças com deficiência a convivência com indivíduos normais, propiciando trocas e condições de melhor aprendizagem e ajustamento social (REGEN, 1998).

Em se tratando de incluir as crianças portadoras de deficiência nas práticas de Educação Física, estas devem ser incluídas num ambiente comum, o qual procuramos adaptar, bem como ao programa de atividades, de forma que todos possam participar, dentro de suas condições e mediante a utilização de estratégias diferenciadas por cada professor em relação a cada criança, promovendo a motivação e o interesse de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, de maneira que favoreça e facilite suas relações e servindo como meio para se estimular o pensamento, a iniciativa, a criatividade e a fantasia das crianças (REGEN, 1998).

Necessidades de se realizar pequenos remanejamentos e adaptações do espaço físico e de materiais com certeza aparecem, visando melhor adequação das crianças não só dentro da escola, mas em qualquer espaço.

REGEN (1998), acredita que a busca da inclusão requer conhecer as crianças com quem se vai trabalhar, conquistar sua confiança e estabelecer vínculos para facilitar os relacionamentos e fazer com que as crianças se tornem mais disponíveis e interessadas em participar, além de poder levantar as necessidades individuais e tentar alcançar o objetivo de promover uma maior autonomia para todas as crianças, de maneira que a sua independência venha a ser estimulada.

Segundo BUSCAGLIA (1993), o papel da família também é muito importante para o processo, devendo esta oferecer um campo de treinamento seguro, onde as crianças possam aprender a ser humanas, a amar, a formar sua personalidade única, a desenvolver

sua auto-imagem e a relacionar-se com a sociedade mais ampla e mutável da qual e para e a qual nascem.

Assim, estamos a caminho de um sistema aberto de educação para todos, buscando através da prática diária descobrir formas de atender as pessoas portadoras de deficiência, acreditando, como BILKEN (1987), que enquanto serviços voltados para as pessoas que apresentam uma deficiência não forem vistos como sendo regulares, normais e ativos em si, eles serão vistos como sendo especiais. E, enquanto eles forem especiais, serão, por definição desiguais”.

REGEN (1998), nos coloca que as ações inclusivistas, apesar das dificuldades, apresentam resultados significativos. As crianças com deficiências passam a ter maior motivação para vencer as suas dificuldades e dentro de suas possibilidades, tentam acompanhar seus colegas; elas adquirem maior auto-estima e confiança em si mesmas; apresentam atitudes de cooperação, companheirismo e solidariedade, aprimorando os relacionamentos interpessoais e aprendem a conviver, respeitar e lidar com as diferenças e limitações individuais, tornando-se mais tolerantes no cotidiano.

Esperamos que no próximo século, já às nossas portas, as pessoas com deficiências possam ser consideradas como cidadãos aceitos como iguais, com todos os seus direitos e deveres assegurados não só no papel, que tudo aceita, mas no cotidiano de nossas vidas.

### 3.0. METODOLOGIA

O Método de Abordagem desta Monografia corresponde ao Método Dedutivo. Estes Métodos de Abordagem se caracterizam por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. O trabalho construído a partir do Método Dedutivo se baseia em afirmações de diversos autores, sendo que a conclusão é uma consequência dessas afirmações. O Método Dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas. Os argumentos dedutivos se apresentam de acordo com a opinião de cada autor para se chegar a uma conclusão próxima da “certeza”.

O Método de Procedimento consiste no Método Monográfico, que constitui etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular. Portanto, o Método Monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. No caso deste trabalho, a questão da deficiência relacionada ao preconceito dentro da escola e mais especificamente as aulas de Educação Física. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos. O Método Monográfico pode abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular.

#### 4.0. CONCLUSÃO

Educar o indivíduo portador de deficiência é, portanto, uma tarefa que permanece muito abaixo do nível atingível, tarefa nada fácil, obstaculada por fatores emocionais, por dificuldades “técnicas”, pela necessidade de uma mutação cultural, mas é, também, uma tarefa possível.

Sabemos que possibilidades sempre existem, mas a verdade é que as crianças com deficiência estão imersas num cotidiano que, em princípio, não está aparelhado para o convívio com aqueles que fossem significativamente diferentes.

O exercício da tolerância no cotidiano do processo educativo é um aprendizado que deve se realizar entre diferentes e entre iguais, em mesmo nível. É preciso admitir que o outro existe, enquanto tal, reconhecendo-o tal como é, e diferente de mim.

Tolerar é admitir a liberdade de existência desse outro, o direito desse outro ser diferente de mim, seja na maneira de pensar, de agir, de crer e, enfim, da liberdade de ser. A prática da tolerância como prática da liberdade, por conseguinte, não pode ser trabalhada com indiferença, e não há dúvida de que, em certos momentos, requer um desempenho com responsabilidade, e sobretudo com muita paciência por parte do professor.

Cabe à Educação, portanto, adequar-se aos educandos e não a estes adequar-se àquela. No caso da pessoa portadora de deficiência, o passo mais importante não deve girar em torno de suas capacidades, mas do oferecimento de alegria de viver, busca de equilíbrio para suas superações e auto - conscientização para derrubar os preconceitos.

A Educação Física orienta-se no sentido de oferecer oportunidades para o desenvolvimento integral do portador de deficiência, seu equilíbrio emocional e seu ajustamento na vida, dentro e fora da escola, por propiciar uma aproximação do deficiente com o aluno normal, isto é, se for olhada numa perspectiva inclusivista.

Mas o mais importante e enriquecedor, com toda a certeza, é que a sociedade, bem como todos nós, devemos aprender a conviver com a diversidade para superarmos os preconceitos. Mas o maior problema é que as pessoas ainda não conseguem entender que o maior potencial humano é a mente e, se essa está ilesa, a vida é possível e o trabalho é digno dentro da capacitação.

Vemos diante de nossos olhos o retrato de um país que não encara os seus problemas, não sabe transformá-los, aceitando, apenas, os fortes, perfeitos e vencedores.

É preciso que a sociedade troque os sentimentos de paternalismo, compaixão ou desprezo por outros valorativos, respeitosos e reconhedores, devolvendo ao deficiente a cidadania, o direito de participar dessa caminhada que chamamos vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, Lígia. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação.** In: AQUINO, Julio G. (org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P. 11 - 30
2. CARONE, Iray. **Igualdade versus diferença: um tema do século.** In: AQUINO, Julio G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P. 171 - 182
3. FRANÇA, Sonia. **Diferença e preconceito: a efetividade da norma.** In: AQUINO, Julio G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P. 203 - 215
4. GORTÁZAR, Ana. **O professor de apoio na escola regular.** In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. P. 322 - 335
5. ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula.** In: AQUINO, Julio G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P. 119 - 134
6. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
7. MARCHESI, Alvaro; MARTIN, Elena. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais.** In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. P. 07 - 23
8. MORETTI, Giorgio. **Educar a criança deficiente.** São Paulo: ORSA, 1995.
9. REGEN, Mina. **Uma creche em busca da inclusão.** São Paulo: Memnon, 1998.
10. ROMERO, Juan. **As relações sociais das crianças com dificuldades de aprendizagem.** In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. P. 71 - 86

10. STEINBERG, Lia; SPOSITO, Maria. **Esportes e o portador de deficiência.** Revista *Âmbito Medicina Desportiva*, ano I, n.02, pg. 05, dez. 1994.